



REGIMENTO INTERNO – C.M.E.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.

Portaria de Nomeação nº 370/25 de 01 de julho de 2025 - Publicação na Edição nº 1659 de 03/07/2025

Mandato: 16/06/2025 à 16/06/2027



CAPÃO BONITO-SP - ANO - 2025

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO BONITO

Capítulo I

Da Natureza e Finalidade

Artigo 1º - O presente Regimento Interno tem por objeto regular as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Educação - CME - do Município de Capão Bonito.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Educação de Capão Bonito – CME – disposto na Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989 - Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de Junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de Setembro de 2010, com funções normativa, consultiva, deliberativa, fiscalizadora e de controle social, constituindo-se num órgão colegiado superior, paritário, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, responsável pela coordenação da Política Municipal de Educação, tem seu funcionamento regulado pelo presente Regimento Interno.

Artigo 3º - Para exercer as funções normativa, consultiva, fiscalizadora e de controle social o Conselho Municipal de Educação seguirá as exigências legais e terá as seguintes funções:

- I - Normativa — para fixar doutrinas e normas em geral;
- II - Consultiva — para elaborar parecer de forma a atender consulta pública demandada pelo executivo ou pela sociedade civil;
- III - Fiscalizadora e de Controle Social — para acompanhar a execução das políticas públicas e a verificação do cumprimento da Legislação.

Capítulo II

Das Diretrizes Básicas

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

Artigo 4º - O Conselho Municipal de Educação observará, no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias: -

a) A Educação é direito de todos e dever do Estado, União e Município, garantindo mediante políticas educacionais, sociais e econômicas, a redução do analfabetismo, evasão escolar e a inserção do homem à convivência social sadia, despertando o exercício consciente da cidadania.

b) As ações e serviços públicos da Educação integram uma rede de Unidades Escolares, localizadas no Município de Capão Bonito (Municipais, Estaduais e Particulares), organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - Atendimento integral, com prioridades preventivas, de recuperação e aceleração; às crianças com qualquer tipo de deficiência;

III - Estabelecer e zelar pela política de Educação do Município;

IV - Participação da comunidade;

c) Universalização do conhecimento;

d) Descentralização efetiva das ações de educação através de mecanismos de incremento de responsabilidades dos locais na gerência do setor;

e) Constituição e pleno desenvolvimento de instâncias colegiadas gestoras de ações de Educação em todos os níveis, com ampla garantia de participação das representações populares e da democratização das decisões;

f) Efetivação de uma política de recursos humanos para o setor de Educação que contemple a admissão somente através de Concurso Público, Plano de Cargos e Carreiras, Salários e Vencimentos, capacitação e atualização para funções.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondição – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

g) Garantir acesso e permanência das crianças nas Escolas, buscando parceria com outras Secretarias, Órgãos, Entidades e Igrejas.

Capítulo III

Da Composição, Indicação e Substituições

Artigo 5º - Este Conselho respeitando a paridade entre poder público e sociedade civil será composto por 40 (quarenta) membros, divididos entre Titulares e Suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I – Representante titular eleito pelos pares (titulares)

01 - Presidente

01 - Vice-presidente

II - Representantes dos Docentes do Sistema de Ensino Municipal - Ensino Fundamental
Anos Iniciais

02 - Titulares

02 - Suplentes

III - Representantes dos Docentes do Sistema de Ensino Municipal – Ensino Fundamental Anos Finais

02 - Titulares

02 - Suplentes

IV - Representantes dos Docentes do Sistema de Ensino Municipal – Educação Infantil

02 - Titulares

02 - Suplentes

V - Representantes (APM) Pais de Alunos das Escolas Públicas – Ensino Fundamental
Anos Iniciais

01 - Titular

01 – Suplente









3/20











CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

VI - Representantes (APM) Pais de Alunos das Escolas Públicas - Ensino Fundamental Anos Finais

01 - Titular

01 – Suplente

VII - Representantes (APM) Pais de Alunos das Escolas Públicas - Educação Infantil

01 - Titular

01 - Suplente

VIII - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

01 - Titular

01 - Suplente

IX - Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular

01 - Titular

01 – Suplente

X - Representante de Diretor de Escola Municipal

01 – Titular

01 – Suplente

XI - Representante de Coordenador Pedagógico

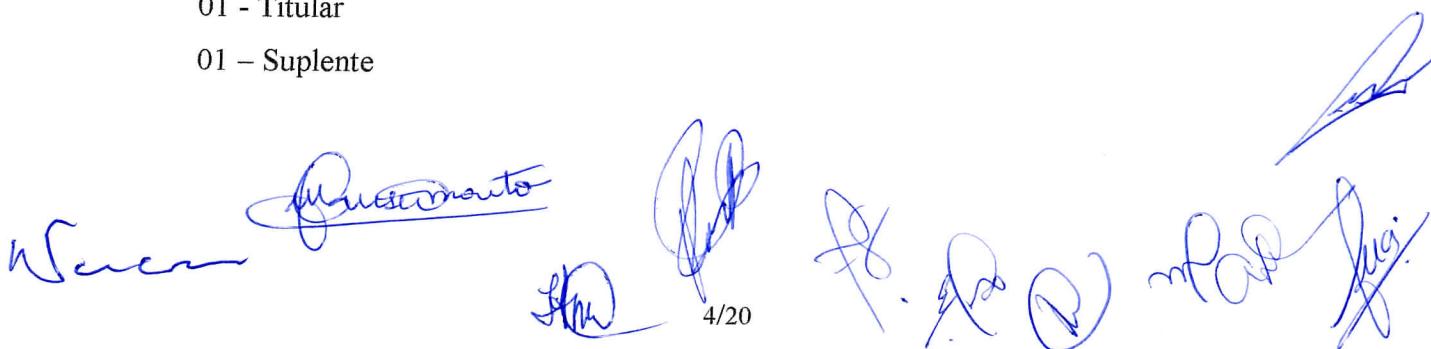
01 – Titular

01 – Suplente

XII - Representante da Diretoria de Ensino

01 - Titular

01 – Suplente



4/20

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

XIII - Representantes indicados pelo Prefeito Municipal

01 - Titular

01 – Suplente

XIV - Representantes dos Docentes do Sistema de Ensino Estadual

02 - Titulares

02 – Suplentes

XV - Representante do Ensino Superior

01 – Titular

01 – Suplente

XVI - Representante do Ensino Técnico

01 – Titular

01 – Suplente

XVII - Representante dos Supervisores de Ensino da Rede Municipal

01 – Titular

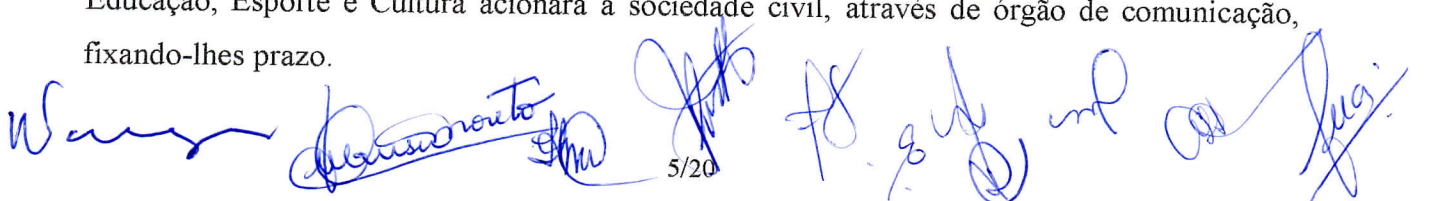
01 – Suplente

§ 1º - Os membros Titulares e Suplentes terão um mandato de dois anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez e por igual período.

§ 2º - Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

§ 3º - Os membros titulares e suplentes do CME serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante Portaria.

Artigo 6º - Para a composição prevista no Artigo 2º, da Lei 1.145, de 05 de junho de 1989, alterada pela Lei nº 3.443, de 29 de setembro de 2010 a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura acionará a sociedade civil, através de órgão de comunicação, fixando-lhes prazo.



5/20

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

Artigo 7º - Os membros serão indicados expressamente e mediante correspondência específica dirigida à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura pelo representante legal da instituição ou entidade, sendo empossados automaticamente após eleição entre seus pares.

1º - A substituição dos membros Titulares ou Suplentes obedecerá à forma do Artigo 5º.

2º - A hipótese de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos membros titulares, automaticamente assumirão seus Suplentes, com direito a voto.

Artigo 8º - A ausência dos membros titulares a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 03 (três) alternadas, não justificadas, no período de 12 (doze) meses, implicará na dispensa automática, assumido seus respectivos suplentes.

I - Ocorrendo a hipóteses previstas nos artigos 8º e 38º, as respectivas entidades deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar os nomes dos novos suplentes na forma do artigo 5º.

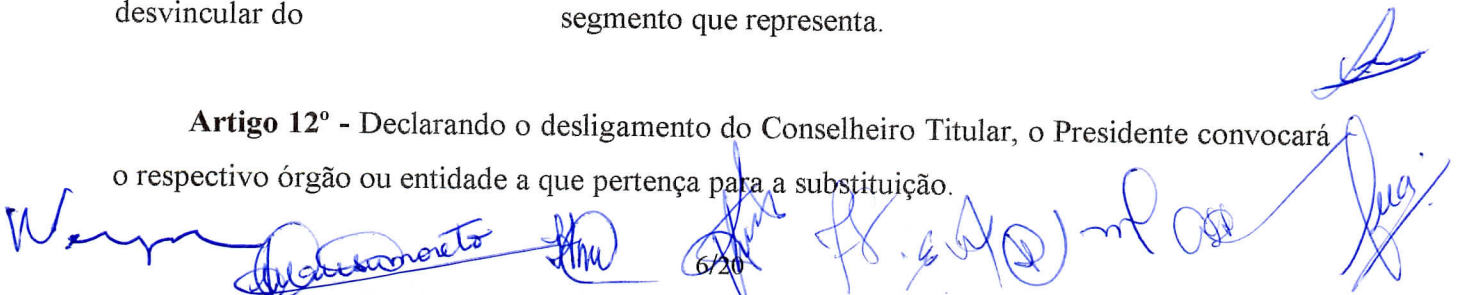
II - Os membros eliminados na forma dos artigos 8º e 38º estão impedidos de integrar o CME durante o período de 02 (dois) anos.

Artigo 9º - As faltas justificadas previstas no artigo 8º serão as referentes a Licença Médica, quando os 02 titulares forem do mesmo seguimento da Unidade Escolar, eventos pré-agendados junto a Unidade Escolar e demais justificativas enviadas por escrito para análise e aprovação ou não pela Diretoria Executiva.

Artigo 10º - Para efeitos do artigo 8º e seus parágrafos, considerar-se-á falta quando nem o titular, nem o suplente estiverem presentes às reuniões.

Artigo 11º - Estará impedido de exercer o mandato de Conselheiro aquele que se desvincular do segmento que representa.

Artigo 12º - Declarando o desligamento do Conselheiro Titular, o Presidente convocará o respectivo órgão ou entidade a que pertença para a substituição.



Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including a date stamp '6/20'.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021
Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

§ 1º - O suplente, quando representante da sociedade civil, será convocado para assumir a vaga, respeitando-se a indicação anterior, salvo se não existir Suplente para substituição, quando haverá nova indicação pelo segmento que a sua organização representa.

§ 2º - O Suplente, quando representante do poder público, será convocado para assumir a vaga, respeitando-se a indicação anterior, salvo se não existir Suplente para substituição, quando haverá nova indicação pelo respectivo órgão.

Capítulo IV

Da Diretoria Executiva

Artigo 13º - O CME terá uma Diretoria Executiva composta da seguinte forma:

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Capítulo V

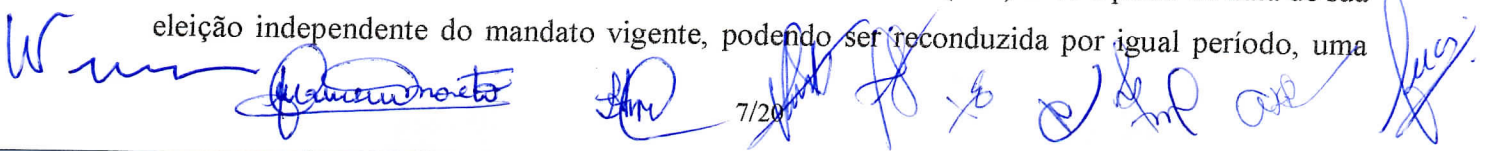
Da Gestão da Diretoria Executiva

Artigo 14º - O presidente do CME é responsável pela sua gerência.

1º - Na ausência do presidente às reuniões plenárias, assumirá o Vice-Presidente.

2º - O Presidente do CME terá direito, além do voto comum, ao voto de qualidade e à prerrogativa de, em situações excepcionais de natureza emergencial, tomar decisões a serem referendadas pelo plenário.

Artigo 15º - A gestão da Diretoria executiva será de 02 (dois) anos a partir da data de sua eleição independente do mandato vigente, podendo ser reconduzida por igual período, uma

 7/20

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

única vez.

Artigo 16º - O presidente do CME acumulará a presidência da Diretoria Executiva, sendo substituído em sua ausência pelo Vice-Presidente.

Artigo 17º - A eleição da Diretoria Executiva dar-se-á em reunião plenária do CME, em único turno, obedecidos os seguintes critérios:

- a) Todos os membros titulares serão candidatos natos;
- b) Todos os membros titulares terão direito a um voto;
- c) A votação será por voto secreto;

Artigo 18º - São atribuições do Presidente:

I – Convocar e presidir as reuniões plenárias do Conselho Municipal de Educação – CME;

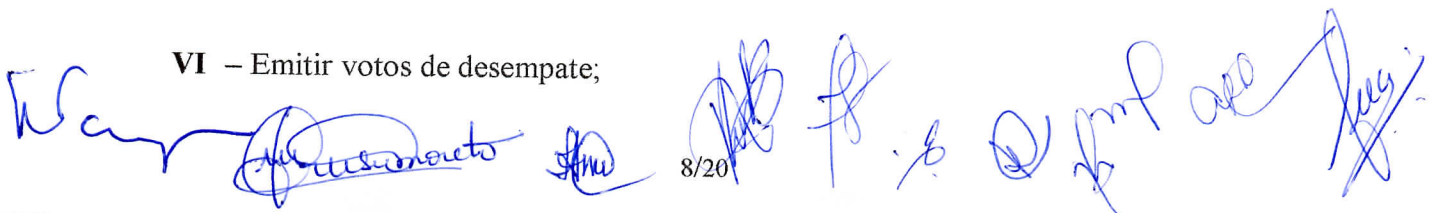
II – Representar o Conselho Municipal de Educação - CME em juízo ou fora dele, podendo constituir procurador com poderes específicos;

III – Assinar a correspondência oficial e os atos administrativos em nome do Conselho Municipal de Educação – CME;

IV – Dirigir e coordenar as atividades do Conselho Municipal de Educação– CME, determinando as providências necessárias ao seu pleno desempenho;

V – Cumprir e fazer cumprir este Regimento e as deliberações do Conselho Municipal de Educação – CME;

VI – Emitir votos de desempate;


8/20

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021
Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

VII – Encaminhar propostas e matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho Municipal de Educação – CME;

VIII – Estabelecer a ordem do dia e fixar a duração das reuniões;

IX – Decidir acerca da pertinência e relevância da participação e representação do Conselho Municipal de Educação – CME em eventos para os quais é convidado;

X – Estabelecer limites de inscrições para participação nos debates;

XI – Decidir sobre questões de ordem;

XII – Propor e designar comissões para exame de matérias submetidas à apreciação do Conselho Municipal de Educação – CME, fixando prazo para a apreciação do relatório;

XIII – Oficializar convites aos representantes de outros Conselhos, órgão, entidades ou organizações de Educação para participarem das reuniões do Conselho Municipal de Educação – CME.

Artigo 19º - São atribuições do Vice-Presidente:

I – Auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições;

II – Substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos;

III – Desempenhar as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente.

Artigo 20º - São atribuições do 1º e 2º Secretários:

I – Secretariar as reuniões em conjunto;

II – Executar outras tarefas que lhes sejam delegadas pelo Presidente ou pelo plenário.

9/20

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

Capítulo VI

Das Atribuições e Competências

Artigo 21º - São atribuições do Conselho Municipal de Educação:

I - Fixar diretrizes para a organização do Sistema Municipal de Ensino ou para o conjunto de escolas municipais;

II – Articular os organismos públicos e organizações afins para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), juntamente com a Secretaria de Educação e o Fórum Municipal de Educação, respeitadas as diretrizes e normas gerais dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, bem como as diretrizes e normas do Conselho Nacional de Educação;

III - Colaborar com o Poder Público Municipal na formulação da política e na elaboração e modificação do Plano Municipal de Educação e no Plano de Carreira dos Profissionais de Educação, antes de sua aprovação;

IV - Monitorar e Fiscalizar o cumprimento do Plano Municipal de Educação;

V – Participar da elaboração e aprovação da Resolução de Atribuição Anual e do Calendário Escolar Anual;

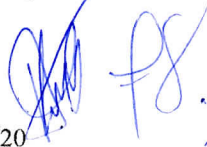
VI - Propor normas para a aplicação de recursos públicos destinados à área da Educação do Município;

VII - Designar um de seus membros para a composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB;

VIII - Zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;



10/20



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

IX - Exercer atribuições próprias do poder público local, conferidas em lei, em matéria educacional;

X - Exercer por delegação, competências próprias do poder público estadual em matéria educacional;

XI - Assistir e orientar os poderes públicos na condução dos assuntos educacionais;

XII - Aprovar convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado;

XIII – Propor normas para aplicação de verbas públicas em educação no município, inclusive na formação continuada dos profissionais da educação;

XIV - Propor medidas ao Poder Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à educação básica;

XV - Propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao ensino aprendizagem;

XVI - Pronunciar-se no tocante à instalação, denominação e funcionamento de estabelecimento de ensino de todos os níveis situados no Município;

XVII - Autorizar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, a abertura e funcionamento de estabelecimentos de ensino no âmbito de sua atuação;

XVIII - Elaborar e acompanhar propostas de ampliação e compatibilização da rede física do Município, bem como, a adequação dos seus prédios escolares e de outros equipamentos físicos a serem utilizados para fins educacionais;

XIX - Realizar reuniões e visitas nas Escolas Municipais quando necessário;

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021
Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

XX - Emitir parecer em relação aos programas de atendimento através de recursos materiais tais como: uniforme, material escolar dentre outros que viabilizem o acesso e permanência de estudantes nas unidades escolares.

XXI - Propor programas de atualização e aperfeiçoamento de educadores e trabalhadores da educação;

XXII - Opinar sobre assuntos educacionais, junto ao Poder Público;

XXIII - Elaborar e alterar o seu regimento;

XXIV - Exercer outras atribuições de peculiar interesse do Poder Público Municipal.

Capítulo VII

Das Convocações e Reuniões

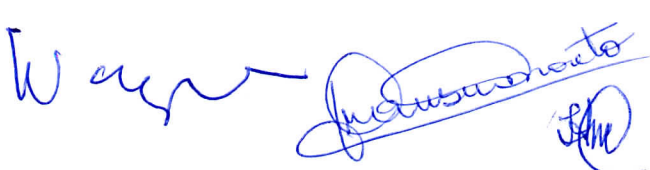
Artigo 22º - O CME reunir-se-á em dependências que lhe forem designadas, ordinariamente por convocação de seu presidente, e extraordinariamente na forma **do artigo 23º**. As convocações para as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias serão divulgadas na Imprensa Oficial do Município.

Artigo 23º - As reuniões extraordinárias terão por objetivo o trato de matérias especiais ou urgentes e serão convocados formalmente:

I - Pelo seu Presidente;

II - Pela maioria dos seus membros titulares.

Artigo 24º - Bianualmente o CME convocará uma Conferência Municipal de Educação para avaliação e propostas para a Política Municipal de Educação.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

Artigo 25º - As reuniões ordinárias do CME realizar-se-ão, no máximo, a cada 45 (quarenta e cinco) dias.

I - As sessões instalar-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria simples (50%) de seus membros em primeira convocação e na ausência da quantidade mínima estipulada será realizada nova chamada após (15) quinze minutos, sendo o quorum necessário de um terço dos Membros do Conselho;

II - As reuniões serão dirigidas pelo presidente do CME e deverá ser assinada folha de presença por ordem de chegada dos membros;

III - Na primeira reunião ordinária de cada ano, o CME programará as datas de todas as reuniões ordinárias para esse ano, ficando automaticamente convocados todos os seus membros, de acordo com o cronograma estabelecido; salvo as reuniões de caráter extraordinário.

Artigo 26º - Para as reuniões extraordinárias a convocação dar-se-á através de ofício em que constará a pauta das discussões, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 27º - Em ocorrendo a hipótese de qualquer assunto da pauta, quer da reunião ordinária, quer da extraordinária, restar pendente para resolução posterior, todos os membros titulares serão convocados para a próxima reunião.

Artigo 28º - O CME deliberará por maioria simples dos presentes (50% dos titulares), considerando-se os suplentes em exercício e a votação será em aberto.

Artigo 29º - Todos os membros participantes das reuniões do CME, inclusive os suplentes, terão direito de manifestar-se sobre assuntos em pauta vedada sua discussão após o encaminhamento para votação.

§ 1º - Os membros titulares terão a responsabilidade de convocar o Suplente em caso de sua ausência.

Wagner
13/20

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

§ 2º - Os conselheiros suplentes poderão comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias, com direito a voz.

Artigo 30º - Os assuntos em pauta e os esclarecimentos decorrentes deverão constar em ata a ser lida e aprovada no dia da reunião, após sua finalização, notadas as posições majoritárias e minoritárias com seus respectivos votantes.

§ 1º - Os pontos de pauta não apreciados serão remetidos à reunião subsequente e, em casos de urgência ou relevância o plenário poderá alterá-los.

Artigo 31º - Os trabalhos do CME terão os seguintes pontos de pauta:

- I – Verificação de presença e existência de quórum para instalação do colegiado;
- II – Leitura da ata anterior para conhecimento de todos;
- III – Aprovação da ordem do dia;
- IV – Comunicações, correspondências e informes;
- V - Apresentação, discussão e votação das matérias;
- VI – Palavra livre;
- VII - Encerramento.

§ 1º - A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá a seguinte ordem:

- a) o Presidente apresentará o relatório oral ou escrito da matéria;
- b) terminada a exposição, a matéria será posta em discussão;
- c) encerrada a discussão, far-se-á a votação.

§ 2º - As deliberações do CME serão proclamadas pelo presidente, com base nos votos da maioria e terão a forma de resolução quando necessário, sendo de natureza decisória ou opinativa, conforme o caso.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021
Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

§ 3º - A decisão de matéria, constante da Ordem do Dia, poderá ser adiada por deliberação do Conselho, a pedido de qualquer um de seus membros, desde que devidamente justificada e aprovada pela maioria dos seus pares.

§ 4º - Ao proceder a votação, o presidente deverá solicitar a manifestação da plenária quanto aos votos favoráveis, contrários e às abstenções.

Artigo 32º - A cada reunião será lavrada uma ata com exposição sucinta dos trabalhos, das conclusões e deliberações, em livro próprio e após aprovada, deverá ser assinada pelo Presidente, pelo 1º Secretário e demais Conselheiros.

Capítulo VIII

Da Assessoria Jurídica

Artigo 33º - Poderá ser instituída junto ao CME uma assessoria jurídica com as seguintes atribuições:

I - Assessorar juridicamente o CME na organização e funcionamento do Sistema de Ensino do Município.

II - Articular-se com os órgãos jurídicos da Prefeitura Municipal de Capão Bonito, bem como das entidades públicas, privadas e filantrópicas, resguardada a competência exclusiva das Procuradorias Federais, Estaduais e Municipais.

Artigo 34º - A assessoria Jurídica do CME não terá representação judicial e será desempenhada por um Advogado da Secretaria dos Negócios Jurídicos designado pelo Prefeito Municipal.

Capítulo IX

Dos Direitos e Deveres dos Conselheiros

Wayne





15/20



















CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

Artigo 35º - São direitos e deveres dos conselheiros:

I – Cumprir e fazer cumprir as normas deste Regimento;

II – Comparecer às sessões plenárias, debater e votar as matérias e questões de competência do Conselho Municipal de Educação– CME;

III – Solicitar vistas aos estudos e processos em que, não sendo relator, quando conveniente, para melhor estudo e análise, para proferir seu voto;

IV – Exercer outras funções e atribuições que lhe forem concedidas pelo plenário visando à representação do Conselho Municipal de Educação – CME;

V – Justificar por escrito as faltas com no mínimo 12 (doze) horas antes da plenária, quando não se tratar de motivo de urgência pessoal do Conselheiro;

VI – Registrar a sua presença através da assinatura em listas de presença;

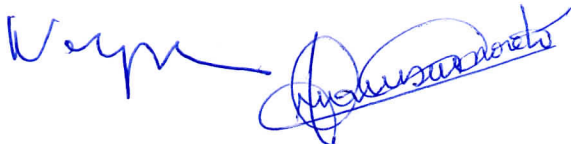
VII – Votar e ser votado para cargos no Conselho Municipal de Educação – CME;

VIII – Manter os seus dados cadastrais atualizados;

IX – Participar sempre que convocado das capacitações e atividades, promovidas e apoiadas pelo Conselho, inclusive nas Conferências de Educação, no âmbito Municipal, Estadual ou Nacional;

X – Apresentar proposições sobre assuntos de interesse da Educação, fiscalizando sua execução;

XI – Ser interlocutor das matérias tratadas no Conselho, mantendo informado seu Suplente e o segmento que representa sobre os atos e deliberações do CME.



16/20



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

Capítulo IX

Exclusão Do Mandato

Artigo 36º - O Conselheiro que deixar de cumprir com as competências que lhe são atribuídas ferindo o exercício de sua função estará sujeito aos seguintes procedimentos:

I – Notificação;

II - Perda de mandato e substituição por outro representante.

Artigo 37º - Ensejará o procedimento de notificação:

I - Atuar com negligência ou imprudência não cumprindo plenamente suas atribuições;

II - Durante manifestação tratar ofensivamente participante da plenária;

III – Não apresentar justificativa a três ausências reiteradas à plenária;

IV – Deixar de cumprir com obrigações assumidas nas comissões temáticas;

Artigo 38º - A perda de mandato de Conselheiro ocorrerá por:

I – Aplicação de uma notificação de ausência;

II - Sem prévia autorização do Conselho, praticar atos que comprometam os objetivos do órgão;

III - Desacatar as deliberações emanadas das reuniões, com manifesto intuito de causar perturbações ao Conselho;

IV - Provocação ou participação em atos de agressão ou algazarra nas dependências do Conselho e/ou em locais que ao CME represente;

17/20

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021
Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

V – A prática comprovada de crime que viole direitos humanos fundamentais;

VI - Violações reiteradas ao presente Regimento;

VII – Subtração, para si ou para outrem, sem autorização competente, de qualquer objeto que pertença ao CME;

Artigo 39º - As punições só serão efetuadas mediante a abertura de processo, por escrito, devidamente assinadas pelo Presidente e/ou Vice-Presidente, sendo registradas em ata de reunião a aprovação do Conselho para abertura da apuração.

§ 1º - Para julgar aplicação de sanção disciplinar será constituída uma comissão responsável pela apuração e apresentação de posterior relatório ao Conselho na plenária ordinária subsequente;

§ 2º - As penas disciplinares somente poderão ser impostas por deliberação da Plenária do Conselho, para a qual poderá ser feito pedido de prorrogação do prazo pela comissão responsável;

§ 3º - O Conselheiro, cujo colegiado autorizar a abertura de processo disciplinar, terá o prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para, por escrito, apresentar a sua defesa;

§ 4º - A perda do mandato e substituição de Conselheiros do CME, deverá ser publicada na Imprensa Oficial do Município.

Capítulo X

Das Disposições Gerais

Artigo 40º - Consideram-se colaboradores do CME as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de educação.

Wagner

Assinatura

Assinatura

18/20

Assinatura

Assinatura

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

Artigo 41º - O CME poderá criar Comissão de Integração entre todos os serviços da educação e as instituições de ensino profissional e superior, com a finalidade de propor prioridade, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos, assim como em relação à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições.

Artigo 42º - O CME poderá criar Comissão de Integração entre todos os serviços de educação (públicos, filantrópicos, privados, conveniados e contratados), dos níveis de educação primário, secundário, superior, de forma a propor medidas de otimização dos recursos disponíveis, evitar duplicidade de serviços, aprimorar os mecanismos de referência e contra-referência, com a finalidade de melhorar o sistema de educação do Município.

Artigo 43º - No exercício de suas atribuições os Conselheiros terão acesso a qualquer momento, em todas as dependências das entidades ou órgãos integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

Artigo 44º A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura prestará apoio técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do CME, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas de passagens, traslados, alimentação e hospedagem dos Conselheiros, tanto do poder público como da sociedade civil, quando estiverem em exercício de suas atribuições, devendo ser previstos recursos orçamentários próprios para tal fim.

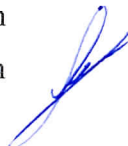
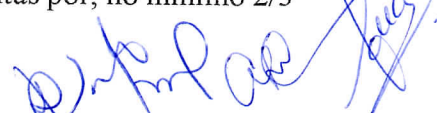
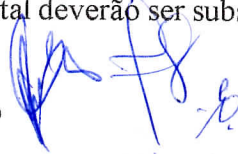
Artigo 45º - Cumpre à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura providenciar a alocação de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros necessários ao pleno funcionamento e representação do CME.

Artigo 46º - O presente Regimento Interno poderá ser alterado parcial ou totalmente, em consonância com legislação de regência, através de proposta encaminhada por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias da reunião ordinária.

1º - As propostas para alteração parcial ou total deverão ser subscritas por, no mínimo 2/3



19/20



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de setembro de 2010.
Portaria de Nomeação nº 666/2021 de 13 de outubro de 2021 – Publicação na Edição nº 890 de 15 de outubro de 2021

Portaria nº 734/23, de 18 de setembro de 2023 – Recondução – Publicação na edição nº 1253 de 20/09/2023 – páginas 18, 19 e 20 - Mandato: 06/10/2023 à 05/10/2025

dos membros do CME.

2º - As alterações apresentadas e aprovadas serão submetidas à apreciação do Prefeito Municipal.

Artigo 47º - Os casos não expressamente regulados pelo presente Regimento Interno serão resolvidos pelo CME, ouvida a sua Diretoria Executiva.

Artigo 48º - Os membros do Conselho Municipal de Educação, nomeados por meio de Portaria específica, quando convocados para participarem de reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, Palestras, Congressos e demais atividades inerentes ao C.M.E. - Conselho Municipal de Educação, sua ausência deverá ser abonada como C.R.T. - Convocação Reunião Treinamento a bem do Município, não acarretando nenhum prejuízo em seus vencimentos e vida funcional.

Capão Bonito, 06 de outubro de 2025

Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Lucas Rafael de Barros

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publique-se e afixe, registrado na data supra.

Disponível em: <http://transparencia.capaobonito.sp.gov.br/>

Lei Municipal nº. 1.145, de 05 de junho de 1.989- Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei 2.010 de 22 de Junho de 1999 e Lei nº 3.443 de 29 de Setembro de 2010.